

Nunes, Naidea Nunes, 2016, “Alcunhas (‘Apelidos’)”, *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, Aprender Madeira. Disponível em <http://aprenderamadeira.net/alcunhas/>

Alcunhas (“Apelidos”)

Naidea Nunes Nunes
Universidade da Madeira UMA-CIERL
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL)

Existem diferentes formas de nomear uma pessoa, quer na referência direta quer na referência indireta, ou seja, na ausência do indivíduo referido. Além do nome formal ou oficial dado pelos pais, e excluindo os pseudónimos criados pelo próprio indivíduo, as alcunhas, nomes informais com função distintiva de identificação social, são outra forma de nomeação atribuída por outros, a que a pessoa pode estar sujeita ao longo da vida. Destes dois sistemas paralelos de denominação antroponímica, muitas vezes, na vida social quotidiana, os nomes de registo dos indivíduos não são conhecidos nem usados, sobretudo nas localidades rurais, porque as alcunhas têm mais vivacidade, expressando a realidade histórica, geográfica, socioeconómica e cultural. Daí a sua importância como meio de conhecer a sociedade tradicional ou popular: os seus valores, maneira de viver, ocupações, usos, crenças, costumes e tradições.

A alcunha enquanto instrumento de referência tem um importante papel na interação comunitária, facilitando a comunicação. Como elemento qualificativo ou caracterizador surge a partir de uma característica que se destaca, permitindo distinguir uma pessoa (mas também, um animal, objeto ou lugar) de forma rápida, fácil e inequívoca, na comunidade. Trata-se de nomes próprios delexicais, ou seja, palavras do vocabulário comum utilizadas como nomes de pessoas, com uma função descritiva, que qualifica e identifica um indivíduo socialmente. Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o nome alcunha provém do árabe *al-kunya* (‘sobrenome’ ou ‘cognome’), termo antigo que se acrescentava ao nome próprio, sendo uma denominação que se usa em substituição do nome próprio de alguém ou em acréscimo a este.

Vasconcelos (1928 e 1931) mostra como as alcunhas são denominações muito antigas que tornavam os nomes oficiais mais precisos, sendo sinónimo de sobrenome ou cognome, ou um nome social com valor distintivo. Explica que se trata de uma tradição antiga dos cidadãos romanos, que costumavam juntar ao *praenomen*, nome próprio da pessoa, um *nomen gentilicium*, nome de família, e um *cognomen*, sobrenome individual, designação originariamente tirada de uma qualidade ou circunstância, por exemplo: *Marcus Aurelius Caracalla* (porque distribuiu pela plebe um grande número de *caracallas*, túnicas com mangas e capuchas). Acrescenta que também havia exemplos de sobrenomes procedentes do lugar de origem do indivíduo, como Junius Juvenalis Aquinate (de Aquino). Este costume passou às línguas românicas, aplicando-se também aos reis de Portugal, como apostos ou adjunções nominais, por exemplo: o Conquistador, o Povoador, o Lavrador, tendência que se perpetuou no tempo, chegando até à atualidade. Vasconcelos (1928) afirma que usamos o termo alcunha como apodo, “comparação ridícula”, distinguindo apodo de alcunha e esta de apelido: o apodo é transitório e, às vezes, um passo para a alcunha, enquanto esta exprime um carácter mais duradouro,

podendo vir a ser apelido. A alcunha passa a apelido quando é usada como nome identificador de todos os elementos de uma família porque a comunidade conhece os indivíduos pelos seus atributos, desconhecendo os nomes oficiais. O autor refere que, na Beira e no Norte de Portugal, se confunde sobrenome com apelido (nome de família), o que também acontece no Brasil, onde apelido significa alcunha. Acrescenta que o termo apelido também é usado com o sentido de alcunha em S. Miguel (Açores), sublinhando que, em documentos antigos, nem sempre é fácil distinguir alcunha de apelido. Estes dois termos também se confundem na Madeira (cf. Vocabulário popular da Madeira), tal como nos Açores e no Algarve (BARCELOS, 2008). Esta confusão pode ser explicada pelo facto de a alcunha, muitas vezes, se tornar nome de família, pois, como já referido, muitos apelidos têm origem em alcunhas.

Vasconcelos (1928) explica que, com o declínio dos patronímicos (nomes indicativos da filiação paterna, formados a partir do nome do pai), nos fins do séc. XV, começam a desenvolver-se outras possibilidades de individualização: os nomes geográficos, geralmente associados à nobreza, e as alcunhas, mais frequentes entre o povo. Tanto as alcunhas como os nomes geográficos tinham uma função social muito importante na identificação dos indivíduos, dado que os patronímicos eram muito reduzidos, originando muitos homónimos. Por isso, desde o tempo dos patronímicos existiam já muitos apelidos ou nomes hereditários provenientes de alcunhas, embora algumas nunca tenham passado da tradição oral. As alcunhas foram de tal modo importantes que, na documentação histórica, faz-se alusão a pessoas que tinham um nome e eram conhecidas por outro, elemento que, muitas vezes, passa a integrar o nome oficial dos indivíduos e seus descendentes, originando novos nomes de família. No caso dos primeiros capitães donatários da ilha da Madeira, Gaspar Frutuoso, em *Saudades da Terra*, sobre a descendência de *João Gonçalves*, por alcunha *o Zargo*, ou *João Gonçalves Zargo*, no capítulo intitulado “Da vida e feitos do segundo capitão do Funchal, João Gonçalves de Câmara, segundo do nome, chamado da *Porrinha*”, ou seja, *João Gonçalves de Câmara, o Porrinha*, escreve: “Chamavam-lhe comumente *João Gonçalves da Porrinha*, por razão de um pau que costumava trazer na mão em sinal de castigo contra os malfeitores, e, por esta insígnia, se disse *o da Porrinha*.” (Liv. II, cap. 30 e 31, 91-92).

A alcunha é por natureza individual, mas, justamente porque serve para identificar o indivíduo através de algum atributo pessoal, é suscetível de ser extensível à família, identificando a mulher, os filhos, os netos e mesmo outros familiares, sublinhando a sua relação com o portador original e podendo tornar-se um apelido hereditário. Segundo Vasconcelos (1928), foi efetivamente o que se passou com a progressiva assimilação de alcunhas que passaram a nomes de família, originando a grande riqueza e diversidade de apelidos utilizados hoje pelos portugueses. Para que a alcunha ganhe sentido como distintivo familiar, tem de se distinguir no contexto da comunidade e ganhar de forma intensa e extensiva um significado de identificação familiar e de transmissão genealógica. A tendência geral na tradição portuguesa e mesmo europeia mostra que quando as alcunhas se tornam apelidos hereditários, isto é, são transformados em nomes de família com valor legal, perdem a sua significação referencial. Ou seja, as alcunhas, que inicialmente descrevem características físicas, morais e sociais dos indivíduos, perdem o seu valor descritivo individualizante quando se tornam nomes fixos e hereditários, passando a indicar apenas relação de pertença do indivíduo nomeado ao seu grupo familiar.

A alcunha, como nome qualificativo psico-socio-cultural, baseado num traço significativo da pessoa, que permite distingui-la de forma única e exclusiva na comunidade, é muito frequente nas sociedades rurais, mais isoladas e conservadoras, onde há menor número de população e maior proximidade entre as pessoas. Aqui a rede social e a atribuição de alcunhas é mais densa, pois quanto mais próximas e densas são as relações sociais maior é a variedade de alcunhas utilizadas. Estas surgem da criatividade do povo, sobretudo por analogia e por motivos de expressividade, duas características da linguagem popular (BOLÉO, 1942 e VERDELHO, 1982).

Dada a natureza oral e popular das alcunhas, algumas são corruptelas, deturpações fonéticas ou variantes populares de formas linguísticas que existem na língua padrão (por exemplo, *Alamão*, *Cramujo*, *Vingala* e *Zipela*), ou seja, formas transmitidas oralmente (que não se escrevem), características do falar do povo. Daí, muitas vezes, a graça, o humor e a ironia que acompanham um grande número de alcunhas, que têm origem oral e popular (PINA CABRAL, 1984). Por isso, a alcunha, *nome-outro*, segundo BRITO (1998), é o “batismo do povo” porque retrata fielmente a pessoa aos olhos do grupo, cumprindo de forma exemplar a sua função social. Trata-se de nomes dados aos indivíduos da comunidade (assim como aos seres vivos e às coisas do quotidiano), sendo sobretudo denominações usadas pelo povo (supostamente a camada iletrada ou menos escolarizada da população). A tradição oral das alcunhas mostra bem a sua origem popular e o seu pendor sociocultural. TEIXEIRA (2007) menciona que as alcunhas são usadas sobretudo nas pequenas localidades e que, muitas vezes, neste processo cognitivo de referência são usadas metáforas e metonímias, um mecanismo sociológico que surge tradicionalmente ligado à ruralidade e ao interconhecimento total na comunidade.

As alcunhas podem ser grosseiras, cómicas, sérias ou descritivas. São principalmente nomes trocistas ou jocosos que descrevem de forma caricatural particularidades físicas e morais das pessoas ou mesmo aspetos relacionais, podendo ser nomes ocasionais usados apenas num determinado grupo ou contexto, ou nomes localizados, que se prendem a uma atividade ou a determinadas relações interpessoais, com implicações sociais de familiaridade, igualitarismo ou subalternidade. Deste modo, segundo TEIXEIRA (2007), a alcunha salienta o pormenor acidental marcante, pois as alcunhas são construídas, frequentemente, através da referência a pormenores físicos ou comportamentais de uma forma, por vezes, bastante cruel. Esta crueldade pode aparecer disfarçada, ou seja, ser irónica (o que nem sempre é menos cruel), por referencialidade oposta e ser humorística (por exemplo, o *Pestanas* porque não as tem e o *Pestaninhas* por as ter muito salientes). Assim, o que caracteriza a alcunha é o “princípio da caricatura”, que se define como resultante de um processo que consiste em salientar uma particularidade do indivíduo, mesmo que exagerada, para identificação rápida. Por isso, segundo ROWLAND (2008), a sociabilidade é fundamental na constituição de significado partilhado, pois não se pode “batizar” uma pessoa para a qual não haja clareza sobre a sua identidade social, devendo esta estar claramente distinguida na comunidade. Trata-se de um novo processo de reconhecimento da pessoa, através do papel de reminiscência e classificador, mas também evocador das alcunhas porque os nomes atribuídos citam e evocam a realidade ou situação que originou a sua atribuição, qualificando as pessoas como meio/forma de individuação. Logo, como qualificativo distintivo, a alcunha é um “signo linguístico motivado, identificador e evocador” (ARANDA, 2000).

Segundo Vasconcelos (1928), existem alcunhas com duas valorações distintas: uma boa e uma depreciativa, ou seja, as alcunhas podem ser positivas ou sérias, no sentido de serem reveladoras do reconhecimento de valores individuais, mas também, como anteriormente referido, negativas, jocosas ou insultuosas, traduzindo muitas vezes o humor da visão da própria sociedade. O autor explica que as alcunhas, embora sejam em grande parte de “feição zombeteira” e até, por vezes, ofensivas e ultrajantes, como *Ratazana*, também podem ser honrosas, como *Leal* e *Penteado*. Acrescenta que é sobretudo pela primeira feição que elas têm importância como definidoras do nosso génio nacional, esclarecendo que o gosto pelas alcunhas é tal que, além de se darem/atribuírem a pessoas, a povos e a localidades, dão-se também a coisas e a animais, por exemplo *o Pimpão*, alcunha de um vaso, por ser o mais vistoso de todos, e *Pio nono*, alcunha de um porco. A alcunha pode funcionar como sinal de acolhimento e/ou de integração no grupo. Pois, nas famílias e grupos em geral, atribuir uma alcunha a um dos seus membros propicia maior integração e aproximação. Porém, mesmo no meio familiar, pode acontecer a alcunha surgir com o propósito depreciativo de humilhar alguém, pois também aqui ocorrem disputas e conflitos de poder. A expansão da alcunha pode estar relacionada com a importância social do indivíduo, pois não são os pais que distribuem os epítetos de família pelos filhos, mas os vizinhos (POLANAH, 1986). Uma pessoa pode acumular uma nova alcunha individual ou pessoal a uma alcunha familiar ou hereditária, devido a particularidades físicas ou de comportamento moral e/ou social, por exemplo: um indivíduo com o nome oficial *José Alves Grilo* (alcunha hereditária) conhecido pelo “apelido” de *o Rei* (por ser um homem alto, grande e cheio de força). Pode também adquirir ou acumular diferentes nomes caracterizadores ao longo da vida e em diferentes grupos como sinal de pertença e integração no grupo familiar, no grupo desportivo e no grupo de trabalho.

Deste modo, as funções sociais da alcunha são/ traduzem-se por uma perfeita identificação do indivíduo alcunhado e uma correta tipificação dentro do grupo. O cariz social da alcunha faz com que possa ser alargada à sociedade local, regional e/ou nacional. As alcunhas são, sobretudo, locais: cada casa, cada família, cada sítio, cada freguesia, concelho e região tem as suas alcunhas e histórias. Porém, as alcunhas também podem ser regionais, por exemplo, na ilha da Madeira: Manuel Gonçalves, *o Feiticeiro do Norte* (poeta popular madeirense, natural do Arco de S. Jorge, que terá conservado a alcunha dos seus antepassados e terá se tornado conhecido a nível regional devido à difusão da sua literatura popular vendida nas festas e arraiais madeirenses) e *o João das Festas* (nome atribuído ao popular ex-presidente do governo regional do Arquipélago da Madeira, Alberto João Jardim). As alcunhas existem porque ficam marcadas na vida e na memória das populações como referência social.

Nas localidades rurais madeirenses, as pessoas são conhecidas por alcunhas que, muitas vezes, se repetem em várias freguesias, mas que, por serem locais, não se confundem, tendo um valor individualizante dentro de cada comunidade. Além disso, as alcunhas podem ser as mesmas em várias localidades, porque um mesmo nome pode ter referencialidades e motivações distintas, por exemplo a atribuição do nome Galo a um homem pode ser motivada pelo facto de ter muitas mulheres (e/ou filhos de várias mulheres) ou Galinho, quando é baixo e vermelho. Porém, muitas são as alcunhas cuja referencialidade é a mesma, sendo rara a freguesia que não tenha, por exemplo, uma família de alcunha Bacalhau ou Bacalhaus (indivíduos muito magros e secos ou queimados pelo sol), ou ainda as alcunhas atribuídas a mulheres, na sociedade rural, como por exemplo: a Rancheira (porque tinha muitos filhos) e a Peca (porque não tinha peito).

Se consultarmos estudos de outras regiões de Portugal, onde podemos encontrar levantamentos de alcunhas, em localidades do Minho e dos Açores, por exemplo, encontramos muitos nomes semelhantes com a mesma função de identificação social porque se trata da mesma realidade humana, apenas diferindo na condição geográfica e etnográfica ou sociocultural, sobretudo serrana ou marítima, interior ou litoral. Estas semelhanças não invalidam que as alcunhas tenham um importante valor distintivo na comunidade local ou regional, dada a pobreza onomástica dos apelidos oficiais. Neste sentido, as alcunhas são os antropónimos que melhor expressam ou traduzem a relação entre a língua e a sociedade. *Marrão* (indivíduo que trabalhava com um marrão, instrumento pesado de ferro de partir pedra grossa numa pedreira), por exemplo, é uma alcunha associada a uma determinada realidade geográfica e socioeconómica local e/ou regional. Assim, as alcunhas dão-nos informações preciosas sobre a evolução da sociedade, nomeadamente profissões que já foram importantes e desapareceram e outras que continuam (TEIXEIRA, 2007).

Tal como Vasconcelos (1928), Cortesão (1912) mostra como as alcunhas medievais, tais como: *Baralha* (séc. XV), *Barata* (1258), *Barbas* (séc. XV), *Barreta* (1220), *Barreteiro* (séc.XV), *Barreto* (1258), *Bota* (1220), *Brava* (séc.XV), *Bucho* (1258), *Cabeça* (1258), *Calvo* (1258), *Cao* (séc.XIII), *Çapata* (séc.XV), *Capelo* (1258), *CarneAzeda* (1258), *Carnes* (séc.XV), *Carneira* (1258), *Carneiro* (séc.XV), *Carpenteiro* e *Carpinteiro* (séc.XV), *Malho* (séc.XV), *Manco* (1050), *Peido* e *Pardo* (1220), *Solteiro* (séc. XV) e *Somizo* (1258), são as mesmas ou semelhantes às que ocorrem ao longo dos tempos, incluindo na atualidade. Estes exemplos revelam outra característica social das alcunhas: o facto de, desde a Idade Média, os homens receberem muito mais alcunhas do que as mulheres. Tal deve-se, provavelmente, ao facto da condição da mulher, ao contrário dos homens, não lhe permitia ter profissão, o que não lhes dava visibilidade social, e daí não terem necessidade de identificação social. Teixeira (2007), ao se questionar sobre as razões desta desigualdade, põe ainda a hipóteses das mulheres comandarem o processo da atribuição de alcunhas, batizando mais os homens do que elas mesmas. Segundo Ramos (1990), as alcunhas são maioritariamente atribuídas aos indivíduos do sexo masculino, a sua maior difusão está relacionada com o estatuto social e a importância ou projeção do seu possuidor na sociedade. Refere que há indivíduos que nunca herdaram ou adquirem uma alcunha. A sua justificação poderá residir no facto de possuírem nomes ou apelidos pouco usuais; outra razão poderá estar relacionada com a sua postura discreta na vida social.

As alcunhas são tão naturais nas sociedades rurais madeirenses, que, muitas vezes, em vez de serem ofensivas podem ser motivo de graça social e de proximidade humana. A literatura de cariz regional madeirense é muito rica em alcunhas que seriam frequentes na linguagem popular das diferentes localidades da Madeira. Ao fazerem o retrato da realidade de uma localidade ou da região, inclusive da emigração, vários escritores registam a naturalidade e a expressividade das alcunhas populares madeirenses. Santos (2008) chama a atenção para esta tendência popular representada na literatura madeirense, nomeadamente através do registo de alcunhas que desempenham um papel relevante como reflexo do contexto histórico e sociocultural. A propósito do romance social *Ilhéus/Canga* de Horácio Bento de Gouveia, Santos (2011) escreve que, na freguesia de Ponta Delgada, todas as famílias camponesas e pesqueiras têm o seu “sobrenome” que substitui o apelido. É o caso do colono *João Miséria*, nome que retratada a Madeira pobre e rural da época. Este autor refere ainda o *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)* de Isabella de França, como um texto possuidor de

anotações muito perspicazes da diversidade de alcunhas existentes na sociedade madeirense. Não só distingue as alcunhas pessoais das hereditárias, mas também menciona que estas designações são tão comuns entre a classe média como entre o povo, chamando a atenção para as alcunhas atribuídas a mulheres, representando claramente o ambiente sociocultural funchalense, nomeadamente das famílias inglesas residentes na cidade, como a *Galinha Cozida* (por causa da brancura da pele), a *Grã-Bretanha* (inglesa grande e avantajada) e a *Rainha de Demerara* (inglesa de tez escura) (FRANÇA, 1970, 93-95).

Não foi ainda realizado, até ao momento, nenhum trabalho de levantamento e estudo ou sistematização das alcunhas da Região Autónoma da Madeira. Temos conhecimento apenas da existência de pequenas recolhas na forma de listagens de alcunhas em antigas monografias de licenciatura e publicadas em jornais e/ou revistas de âmbito regional e livros de temática cultural.

Nascimento (1937, 151-152) tem o mérito de ter sido um dos primeiros estudiosos a escrever sobre a questão das alcunhas na Madeira, indicando que estas geraram novos nomes de família, enriquecendo o léxico e favorecendo a variedade onomástica. Gomes (1949) também se interessou pelo tema das alcunhas na Madeira, propondo a sua classificação em função dos termos depreciativos atribuídos as pessoas pelo seu aspeto físico e moral. Em 1956, Vieira Santos regista alguns exemplos de alcunhas existentes na Lombada de Santa Cruz, referindo que todos os indivíduos têm a sua alcunha ou pelo menos todas as famílias. Nas monografias dialetais, o tema das alcunhas na Madeira foi tratado de forma esporádica. Assim, em 1945, na sua monografia sobre o Porto Santo, Monteiro apresenta nomes e alcunhas da população local, afirmando que não há um único casal no Porto Santo que não tenha o seu apelido e que as mulheres, na sua maioria, escaparam a este segundo batismo, e só uma ou outra tem/é possuidora de alcunha. Em *Subsídios para o estudo da linguagem dos bamboteiros*, Pestana (1954) estuda as alcunhas desta camada social popular residente no calhau de Santa Maria, na cidade do Funchal, mencionando que todos os *bamboteiros* são conhecidos e tratados por alcunhas, reconhecidas por todos. Em relação às mulheres, acrescenta que só quando se tornam muito populares é que recebem alcunhas. Muitas destas alcunhas são nomes de peixes e de aves marinhas – *Abrótea, Arenque, Bodião, Boga, Besugo, Cagarra, Cavala, Foca, Pota, Sardinha*, entre outros –, tal como acontece nas comunidades de pescadores.

Em 1996, Santos publica, em *Crónicas de Outros Tempos*, relatos da vida da cidade do Funchal nos primeiros quartéis do séc. XX, referindo figuras conhecidas por alcunhas. Regista também algumas alcunhas existentes no Porto Santo, que considera revelarem o carácter do porto-santense. Sobre esta ilha, os alunos do 11.º ano da Escola local, no ano letivo 2002-2003, recolheram algumas alcunhas do Porto Santo e o seu significado (cf. *Xarabanda*, nº14, 2003). Em *O Humor no folclore madeirense*, que regista versos regionais de várias localidades da ilha da Madeira, o autor aponta algumas alcunhas, tais como, por exemplo: o *Borrachão* (“Por ser amigo do vinho, chamaram-lhe o Borrachão”, cf. FREITAS, 1988, 21-23). Clemente Tavares (1999), ao narrar histórias de Gaula, averba também várias alcunhas desta freguesia do concelho de Santa Cruz (o *Jaqué*, de vinho jaqué), incluindo alcunhas resultantes de empréstimos do inglês (nomeadamente o *Bossa* e o *Mane(i)ja*, respetivamente de *Boss* e *Manager*, assim como o *Hintes*, provavelmente porque trabalhava ou enviava cana-de-açúcar para o engenho Hinton). Também Freitas (2000, 85), ao abordar as “tradições, lendas, usos e costumes” da freguesia de Gaula, explica que os vizinhos preferem tratar-se por alcunhas

(“apelidos”), por haver muitos nomes iguais. Ribeiro (2001) regista alcunhas presentes na documentação histórica de Machico do séc. XVIII, que diz serem indispensáveis para a referenciação dos indivíduos, dada a homonímia de nomes próprios e de nomes de família. Em 2002, o mesmo autor reúne alcunhas da freguesia de Santana, de fins do séc. XVI até ao final do XVIII das quais apenas sete são de mulheres. Tal como já observado, este autor considera que as alcunhas eram vulgares nos homens e raras nas mulheres. Conclui que, no Arquipélago da Madeira, são muito variadas, distinguindo-se sobretudo entre a população costeira e a de altitude.

Segundo Kremer (1992, 470-471), as alcunhas constituem uma individualização social suplementar e necessária, tendo como categorias lexicais mais importantes os adjetivos (*Curto, Pardo*), que assinalam uma característica física ou moral e os nomes, que muitas vezes caracterizam determinados aspetos de uma pessoa como *pars-pro-toto*, sendo utilizados em áreas semânticas como a descrição de partes do corpo (*Barriga, Dente*), roupas, objetos que servem de confronto ou que, por exemplo, evocam determinadas funções (*Botija, Espada*), nomes de animais (*Abelha, Porco*), classificações de plantas (*Cabaça, Alho*), víveres (*Manteiga, Pimenta*), nomes abstratos (*Amor, Beleza* e outros). No entanto, também encontramos alcunhas formadas a partir de verbos nominalizados, antecidos por um artigo definido, como, por exemplo, “*o Falarás*” e “*Manuel Falarás*” (SILVA, 1989, 89-90), assim como o *Marra* (alcunha com origem no verbo *marrar*), a par de o *Marrão* (nome do pesado instrumento de trabalho da pessoa que marra para extrair pedra de uma pedreira ou rocha), o *Agacha*, o *Espera* e o *Foge*.

Quando o indivíduo é identificado apenas pela alcunha, esta é antecida por um artigo definido, que indica o género e o número (a *Canhota*, o *Malhado*, o *Inchado*, o *Furado*, o *Cinquenta*), substituindo completamente o nome do indivíduo. Trata-se de formas usadas, geralmente, na referenciação indireta, ou seja, quando a pessoa alcunhada não está presente. Se as alcunhas visam ofender, são usadas no tratamento direto, o que também acontece quando os indivíduos aceitam o seu nome comunitário, sendo este usado em tom sério ou de brincadeira. A alcunha confunde-se com o apelido quando segue o nome próprio sem artigo, como em *Pero Velho*. Embora as alcunhas hereditárias sejam sobretudo formas masculinas, porque são transmitidas por linha paterna, existem algumas que são formas femininas, como podemos ver em apelidos atuais: *João Serena, Luís Loura, Paulo Alva* e *Jorge Moura*. Estas podem ser nomes que sofreram feminizações, ou seja, adaptação ao género feminino, ao passarem do homem para a mulher, uso tradicional entre o povo (por exemplo, o *Chaveco* e a *Chaveca*). Assim, as alcunhas são usadas para indicação marital, da filiação em particular e descendência em geral, através da contração da preposição *de* com o artigo que antecede a alcunha, como complemento determinativo do nome e indicativo de pertença: *a mulher do Cachorro, o João da Viúva, o filho do Furna* (vivia numa furna). A preposição *de*, além de expressar relação de parentesco, também traduz relação entre a pessoa e as coisas ou objetos, ou seja, algo cuja posse ajuda a identificação do indivíduo, por exemplo: *Agostinho da Semilha, João das Vacas, João da Bezerra, Zé dos Bailinhos, Branco dos Doces* (indivíduo albino que faz e/ou vende doces), neste último uso temos a combinação de duas alcunhas associadas através da preposição *de*.

As alcunhas podem também ser constituídas por nomes no plural, por exemplo, *Testas* e *Cabeças*, por terem testa e cabeça tão grandes que é como se tivessem

duas, daí a pluralidade com sentido cômico destas alcunhas. As formas plurais também indicam que a alcunha se aplica aos vários elementos da família, por exemplo: *Rato* e *Ratos* (por serem muito pequenos e espertos), *Coelho* e *Coelhos*, *Furão* e *Furões* (bisbilhoteiros, pessoas que comem pouco ou que vivem num buraco como os animais), a *Tampa*, os *Tampas* (filhos) e o *Tampinha* (neto). Atualmente, como nomes hereditários ou nomes de família, ocorrem muitas formas no plural, provenientes de alcunhas (*Adegas*, *Alturas*, *Brigas*, *Chagas*, *Peças*). Algumas alcunhas podem ocorrer na forma diminutiva, característica de origem popular e rural, indicando pequenez, com valor depreciativo ou afetivo, ou ainda por ironia do grande como pequeno – por exemplo, *Batata* e *Batatinha*, *Biscoito* e *Biscoitinho*, *Cagado* e *Cagadinho*, *Cambado* e *Cambadinho*, *Casca* e *Casquinha*, *Graxinha*, *Palheiro* e *Palheirinho* (indivíduo pequeno e atrevido, sendo estas duas das características do galináceo de raça pequena, assim denominado na Madeira), *Seco* e *Sequinho* – a par de formas normais e aumentativas do mesmo nome, para identificar indivíduos diferentes, muitas vezes da mesma família, como em *Mija*, *Mijadinho* e *Mijão* (que *mija* muitas vezes, mas também “medroso” (SILVA, 1950), Estas formas diminutivas não devem ser confundidas com os hipocorísticos, diminutivos afetivos ou repetição de sílabas (geralmente formas reduzidas do nome próprio do indivíduo) que se distinguem das alcunhas pelo seu uso ser familiar e não de cariz social. No entanto, as formas hipocorísticas, como *Zeca*, *Zé*, *Zezinho* e *Zezinha*, embora sejam nomes familiares, podem ser usadas como alcunhas, se tiverem função social distintiva entre indivíduos com os mesmos nomes e residentes na mesma localidade.

A par das alcunhas simples, ocorrem algumas alcunhas compostas que, de acordo com a sua estrutura interna, podem ser constituídas por: (a) Nome + Adjetivo, tal como *Boca-Negra* (nome de um peixe), *Calça Larga*, *Cabeça Torta*, *Cu Grande*, *Pé Leve*, *Pé-Curto*, *Pão Seco*, *Rei Pobre*, *Cara Velha*, *Pata Laja*, *Pescoço Rente*; (b) Adjetivo + Nome, de que é exemplo *Má-Carne* (qualidade física e/ou moral, pessoa ruim); (c) Nome + Preposição + Nome, como, por exemplo, *Milho com Couves* (porque gostava muito de milho com couves quando era pequeno, (MATA, 2002), *Milhinhe com Açúcar* (estas duas alcunhas revelam a importância do milho na alimentação da população madeirense, cujo conduto muitas vezes era o açúcar e não peixe ou carne), *Pau da Poncha* e *Língua de Cabra* (porque falava muito alto).

Algumas alcunhas são expressas por sintagmas, as chamadas alcunhas sintagmáticas ou alcunhas frásicas, que apresentam os seguintes tipos de estrutura interna: (a) Verbo + Artigo + Nome, por exemplo, *Baixa a bola* (indivíduo que era muito convencido ou que usava muito esta expressão) e *Larga-o-capote Vá com Deus*; (b) Verbo + Nome, como em *Caga Sal*, *Camba Burros*, *Capa Porcos*, *Pica Semilhas*, *Rouba Azeite*, *Caça Ratos*, *Bate-Folha*, *Cheira-Anona*, *Cheira-Merda*, *Fura-Bardos*, *Ganha-Pão*, *Mata-Mouros*, *Fura-Bolos*, *Papa-Arroz*, *Calca-Ruas*, *Papa-Unhas*, *Mata-Gatos*, *Defeca-Sangue*, *EspalhaMerda* (indivíduo que criava gado e estava sempre a espalhar o estrume dos animais na terra), *Papa-Açorda* (imagem usada para nomear um malandro) e *Papa-Novenas* (pessoa que fala muito e é falsa), e que constituem o tipo mais frequente. No caso de *Água-Vai*, temos primeiro o nome e depois o verbo, provavelmente por ser uma expressão dita ao atirar água para a rua; (c) Verbo + Advérbio de quantidade, exemplificadas por *Faz-Tudo*, *Pode Pouco*, *Merca Tudo*, *Paga Tudo*.

Como podemos ver, as alcunhas são formas linguísticas diversas, provenientes da expressividade popular, em que um vocábulo simples ou composto pode ter diferentes origens e traduzir vários significados. Nesse sentido, além da classificação gramatical ou formal, é importante conhecermos os diferentes tipos de alcunhas, segundo a sua classificação semântica.

Vasconcelos (1928, 176) considera que as alcunhas são de três espécies principais: geográficas, étnicas e pessoais, sendo que as duas primeiras podem ser agrupadas em geográfico-étnicas ou étnico-geográficas. Trata especialmente das alcunhas pessoais, nomes designativos de características físicas e morais, nomes resultantes de algum episódio da vida do indivíduo, relações de parentesco, de nascimento, idade, fases de vida e estado, bem como nomes de profissões ou cargos. Porém, incluímos neste grupo também os nomes étnico-geográficos (derivados do nome da região de origem ou residência dos indivíduos na ilha e do país de emigração) e acrescentámos ainda os nomes fonéticos, dado que estes também funcionam como nomes individualizantes, qualificativos ou caracterizadores na identificação social dos indivíduos.

Partimos, assim, da classificação semântica de Vasconcelos (1928), fazendo algumas adaptações à tipificação proposta, para melhor sistematizar e ao mesmo tempo simplificar e distinguir de forma clara as alcunhas, de acordo com a sua motivação. Deste modo, tendo em conta o significado, as alcunhas podem ser classificadas do seguinte modo:

(a) alusivas ao estado ou posição social, cargos, nomes de profissão e navegação ou ofícios e instrumentos relacionados, também por metonímia com utensílios de trabalho e matérias-primas, incluindo comidas e bebidas: *Cavaleiro*, *Conde*, *Fidalgo* e *Nobre* (apelidos de origem aristocrática); *Bispo*, *Prior*, *Abade*, *Vigário*, *Frade* (relacionados com a igreja); *Moedeiro*, *Carpinteiro*, *Capador*, *Ferreiro*, *Levadeiro*, *Moleiro* e *Moleira*, *Malheiro* (de malho), *Milheiro* e *Milho* (cultivava e/ou vendia milho), *Mestre* (artífice), *Serralheiro*, *Serrão* (serrador), *Tanoeiro*, *Cesteiro*, *Parteira*, *Alambiqueiro* (alcunhas provenientes de nomes de profissão ou ofícios mecânicos); *Maioral*, *Sargento* e *Soldado* (militares); outras profissões – *Guarda* (era guarda-florestal), *Eletricista* (era electricista), *Paneleiro* e *Pastor*. Por metonímia com instrumentos de trabalho, utensílios e matérias-primas: *Malho*, *Marrão*, *Bigorna*, *Machado* (seria o que fabricava ou vendia machados), *Sovela* (sapateiro), *Verga*, *Panelas*, *Ferro* (era ferreiro ou trabalhava com ferro), *Trolha* (indivíduo mal ajeitado, que trabalha na construção civil, o servente do mestre, por contiguidade com o nome de instrumento utilizado, mas também no sentido moral, pessoa que não sabe fazer nada, mentiroso); *Moedas*, *Pataca*, *Tostão*, *Vintém* (dinheiro e medidas); *Farelo*, *Marmelada*, *Farinha*, *Pão*, *Trigo* (alimentação); *Aguardente*, *Meio Grogue* e *Poncha* (bebidas);

(b) alusivas a qualidades físicas e hábitos dos indivíduos, incluindo metonímias com partes do corpo, vestuário e episódios ou circunstâncias de vida, muito frequentes, dado que as qualidades físicas são as mais apelativas: *Alto*, *Barbaças* (com grandes barbas), *Beçudo*, *Bigodes*, *Calvo*, *Casacão*, *Catarro*, *Cebola* e *Cebolinho* (que cultivava e vende cebolas), *Cego*, *Churrica* ou *Chorrica* (alteração fonética de *forrica*, alguém que se “chorricou”, que teve um episódio de diarreia em público), *Claro*, *Comprido*, *Corado*, *Coto* (maneta), *Descalço*, *Gordo*, *Engraçada*, *Enjeitado*, *Fanha* (defeituoso da fala), *Farto*, *Feio*, *Gago*, *Guedelha* (cabelo grande e

esfrangalhado), *Manco*, *Maneta*, *Marmita* (por estar sempre esfomeado e comer o que sobejava dos outros ou porque usava uma marmita), *Marreco*, *Mouco*, *Mudo*, *Patudo* (de pés grandes), *Pencudo* (por ter nariz comprido), *Penteado*, *Pequeno*, *Perna* e *Perneta* (cambado), *Pisco* (porque pisca muito os olhos), *Pobre*, *Queimado*, *Redondo*, *Roído* (por fazer barulho ou, no sentido moral, “roído de inveja”), *Rosado*, *Rouco*, *Ruço*, *Ruivo*, *Sovento* (de sebento, imundo, sujo) ou *Nojento* (sujo, mas também pode ocorrer no sentido moral, como manhoso, invejoso), *Torto* (por ser corcovado), *Vermelho*, *Vesgo* (por ter deficiência ou desvio num olho), *Zarolho* (o mesmo que vesgo), *Zaralha* (mal vestida ou mal arranjada, desleixada);

(c) alusivas a qualidades morais, também por metáfora ou metonímia: *Alegria*, *Alegre*, *Arriscado*, *Bizarro*, *Bom*, *Bravo*, *Briguento*, *Calado*, *Calisto* (“causador de má sorte”, VASCONCELOS, 1928, 198-203), *Chorão*, *Diabo* (mulher muito má), *Franco*, *Leal*, *Maduro*, *Manso*, *Mao*, *Mimoso*, *Modesto*, *Felizardo*, *Firme* e *Firmeza*, *Galante*, *Garganta* e *Guelra* (por falar muito e só ter garganta), *Língua* (talvez também por falar muito), *Prudente*, *Ronha* (manhoso), *Subtil*, *Temido*, *Valente*;

(d) alusivas a características físicas e psicológicas expressas indiretamente, através de metonímias (por contiguidade) e de metáforas (por similaridade), analogias por comparação com objetos, animais e vegetais, mas também com fenómenos atmosféricos, astros e estações do ano, muito frequentes na linguagem popular e quotidiana: *Abelha*, *Aço*, *Alho*, *Cenoura* (por ter cabelo desta tonalidade), *Aranha*, *Balaia* (de *balaio*, cesto redondo e largo), *Barrica* e *Barril* (por ser gordo), *Batoneira* (indivíduo gordo e que fala muito), *Bezerra*, *Bichana*, *Bicudo* (com nariz grande), *Bisalho* (por ser pequeno, triste e desgraçado) e *Bisalha* (por ter muitos filhos, como galinha com bisalhos), *Bogas* (porque andava sempre com “bogas” no nariz, talvez por metáfora com o peixe boga, muito comum no mar da Madeira), *Bolota*, *Bombo*, *Bucho*, *Burreca* e *Burreco* (de “burro fraco, ordinário”), *Cabelo* (denominação metafórica com o sentido de delgado ou magro), *Cabrito* e *Cabrita*, *Cachorro* (por cão, como no Brasil é um insulto, “pessoa má, que não presta”), *Cagarra*, *Canário*, *Canzana* (“homem alto e mal ajeitado”, SILVA, 1950), *Cão* (“magro como um cão”), *Capão* (galo grande), *Cobra* (por ser pessoa venenosa ou má), *Cordeiro* (manso), *Corisco* (por ser como um corisco), *Craca* (“conversador incómodo”, SILVA, 1950, 36), nome de crustáceo que se agarra a rochas e ao costado de navios (NUNES, 1994), *Eiró* (iró ou enguia), *Espeto* (talvez por ser muito magro), *Fava*, *Feijão-Rasteiro* (por ser uma pessoa baixa), *Francelho* (ave de rapina que nidifica na Madeira), *Gafanhoto*, *Inverno*, *Jarra*, *Lago*, *Laranja* (por ser avermelhado), *Leitão*, *Leite* (com aceção metafórica de ‘brancura’ da pele ou ‘suavidade’ do caráter), *Melro* (*Preto*), *Morganho* ou *Murganho* (rato pequeno), *Nabo* (por ser calvo ou não ter nada na cabeça), *Noite*, *Palhaça* (de “casa palhaça”, de palha), *Pardal*, *Pavão* (vaidoso), *Pedra*, *Peixe*, *Pempinela*, *Peru* (vaidoso e por ser grande e forte), *Pião* (por ser baixinho), *Pinheiro* (alto como um pinheiro), *Pote* (por ter a aparência deste objeto), *Tabaibo*, *Terra*, *Toco*, *Tramoço*, *Trovão*, *Vinagre*;

(e) nomes fonéticos, construídos a partir de sílabas que se repetem ou conjugam na produção de sentido fonético. Constroem-se a partir de uma lógica estritamente fonética, criando combinações originais ou nomes singulares a partir de sílabas curtas: o *Ai Ai*, o *Aió* ou *Aiú*, o *Bibi*, o *Cacá*, o *Cháchá*, o *Cró*, o *Ei-Ei*, a *Fi-Fi*, o *Fu-Fu*, o *Fum-Fum*, o *Gum-Gum* (de *gungunar*, resmungar, falar para dentro), o *Lé-Lé*, o *Lulu*, o *Pá-pi-pó*, o *Quiqui*, o *Si-ó-Có*, o *Tim-Bim*, o *Xé-Xé*, o *Zaizai* ou *Fai-Fai*. Geralmente, trata-se de alcunhas expressivas pela sua própria configuração fónica (VERDELHO, 1982, 184).

A criatividade na sua formação e a sua vitalidade devem-se ao facto de terem origem popular;

(f) cognomes ou epítetos com valor distintivo, distinguindo dois membros de uma família com o mesmo nome e incluindo nomes designativos de relações de parentesco: *Pai, Filho, Sobrinho* e *Neto* também se tornaram apelidos ou nomes de família, perdendo o seu valor semântico primitivo. A estes podem juntar-se nomes como *Morgado, Colaço* e *Parente*, tal como *Velho*, por oposição a *Moço* e *Novo*. De alcunhas relativas ao estado civil, temos hoje os apelidos *Noivo, Solteiro* e *Casado*;

(g) nomes étnico-geográficos relativos à proveniência do indivíduo ou de algum antepassado de fora da ilha, à localidade de origem na ilha e à indicação de residência (através da referenciação de pequenos lugares ou microtoponímia), mas também à terra de emigração: *Alentejano, Americano* ou *Amaricano* (homem emigrado para a América do Norte), *Brasileiro* e *Brasileira, Caniceiro* e *Caniceira* (do Caniço), *Canheiro* (dos Canhas), o *Francês* e a *Francesa* (por estarem ou terem estado emigrados em França), *da Fonte, do Janeiro* (com preposição de + o nome da localidade onde vive), *da Ladeira, da Ribeira* ou o *Ribeira* (do indicativo de residência pode formar-se o designativo), *Leste, Serrano* (da serra), *Venezuelano* e *Venezuelana* (emigrados de tornaviagem da Venezuela e os seus filhos), *Inglês* (por estarem emigrados em Inglaterra ou trabalharem para um residente inglês na Madeira) (BAZENGA, RIBEIRO E SEQUEIRA, 2012);

(h) várias e/ou de significado obscuro, por exemplo: o *Tracis*, o *Bajeca* (cf. SANTOS, 2011, que remete para Artur Bívar: “indivíduo falador e linguareiro, incapaz de guardar segredo”), o *Parruca*, o *Bichanga*, o *Garipo*, o *Maranhoto*, o *Nuja*, o *Parão*, o *Perolho*, o *Cacuja*, o *Cassaca*, o *Cambrolo*, o *Frisa*, o *Talassa*, o *Galdino*, o *Galério*, o *Gorjão*, o *Tota*, o *Lela*, o *Farruco*. Neste último tipo, incluímos as alcunhas de difícil classificação, por serem termos obscuros e/ou por serem já remotas e desconhecidas as suas motivações, factos ou circunstâncias que as ocasionaram, enquanto em relação a outras ainda se conhecem os motivos que lhes deram origem.

Pedro Cunha Serra (1965) menciona que é difícil estabelecer uma relação entre o nome comum e a alcunha, pois se nalguns casos tal relação é transparente, noutros a relação pode ser nula. A este propósito, Kremer (1997) escreve que é impossível definir o sentido concreto de uma alcunha e que apenas em casos muito raros sabemos a sua motivação real, pois são várias as significações possíveis. Deste modo, a classificação das alcunhas pode ser enganadora porque podemos ser levados a uma interpretação errada da sua motivação semântica, dado que podem pertencer a mais do que um tipo. Foram muitos os autores que propuseram classificações ou tipologias de alcunhas, alguns portugueses e outros estrangeiros, dos quais merecem destaque os seguintes: Gonçalves (1988 [1971]) que segue, no geral, a classificação de Vasconcelos (1928), mostrando a variedade da antroponímia alentejana do séc. XV; Brito (1998), que também classifica as alcunhas com base na sua origem ou motivação semântica; Santos (2011), que, além dos tipos tradicionais de alcunhas, refere as alcunhas emprestadas da terminologia local que ilustram a vida e o ambiente rural, acrescentando que algumas alcunhas pela sua própria natureza rural serão comuns a várias regiões do país; e Rebollo Torío (s.d.), que reagrupa as alcunhas em “intrínsecas” (qualidades físicas e psíquicas), “extrínsecas” (ofícios, vestimenta e origem), “herdadas” (de antepassados e por alteração fonética do nome ou apelido) e “indefinidas”.

As alcunhas pessoais podem originar alcunhas coletivas ou gentílicos, de que são exemplo *Borquilha* ou *Bruquilha* (pessoa rude) como designativo dos habitantes do Porto

da Cruz e os *Lanchas* (de *lancha*, por metonímia, alcunha dada pelas pessoas da Ribeira Brava aos funchalenses, provavelmente por se deslocarem de lanchar).

Os gentílicos podem igualmente funcionar como alcunhas. Tal acontece quando, numa localidade, um indivíduo (e, conseqüentemente, também a sua descendência) passa a ser identificado e conhecido na comunidade por esse nome, por exemplo: a *Camacheira*, a par de a *Camacha* (mulher da Camacha que reside noutra localidade ou concelho); a/o *Profeta* (indivíduo do Porto Santo que reside na ilha da Madeira), a *Quinteira* (mulher natural da Quinta Grande que vive noutra localidade). Trata-se de indivíduos deslocados da sua localidade e identificados socialmente na comunidade de acolhimento com o nome gentílico ou alcunha coletiva de origem, passando esta a ser usada como alcunha pessoal porque é atribuída a um indivíduo, sendo usada no singular.

No que se refere à toponímia, muitas vezes, a microtoponímia é formada por nomes de pessoas provenientes de alcunhas, como *Terra do Madruga*, *Pomar do Gato* e *Porta do Canário*, correspondendo hoje a topónimos, ou nomes que referem sítios dentro das localidades. Para o seu conhecimento, é preciso recorrer à memória popular e ao estudo da história local. Em Ponta Delgada, por exemplo, alguns topónimos são constituídos por nomes provenientes de alcunhas de residentes e/ou proprietários locais: *Poio do Balanco* (“A origem da designação deve-se ao facto de por ali ter sido proprietário um homem conhecido pela alcunha de *Balanco*”, MENDES, 2008, 179), tal como na Fajã da Ovelha, *Cerrado dos Bizarros* (“assim designado por ter pertencido a uma família de apelido *Bizarro*”, (MENDES, 2010, 181-183). Os populares também podem atribuir alcunhas aos lugares, que, como as pessoas, em vez de serem designados pelo seu nome oficial, passam a ser denominados por alcunhas, por exemplo o sítio da Serra de Água, na Ribeira Brava, é conhecido pelos locais como o *Iraque*, por ultimamente ali terem acontecido vários episódios de violência e mortos.

O caráter rural e popular das alcunhas faz com que sejam palavras da linguagem tradicional da região, podendo algumas ser regionalismos madeirenses, como por exemplo: *Conca* (“Artífice ou operário pouco perito, desleixado”, SILVA, 1950), *Jaca* (espécie de caranguejo de cor escura, muito miúdo, NUNES, 1994, 265; mas também “Pessoa muito nutrida”, CALDEIRA, 1993, 79), *Pelhancas* (“homem ou animal muito magro, muito pobre, escanzelado”, SILVA, 1950), *Pergana* ou *Pregana* (“impertinente, importuno”, SILVA, 1950), *Pitafenta* (pessoa que vê e põe defeitos em tudo, de *pitafe* “mania”, SILVA, 1950).

Como anteriormente referido, faltam estudos sistemáticos de âmbito regional sobre as alcunhas que permitam conhecer as diferenças e/ou semelhanças existentes por localidades e concelhos. A investigação neste domínio contribuiria e pode reverter, se vier a ser realizada, para o conhecimento do significado de alguns populismos e regionalismos madeirenses, permitindo identificar possíveis localismos dentro do Arquipélago da Madeira. As alcunhas constituem um património histórico, linguístico e sociocultural, sobretudo rural, caracterizado por grande riqueza e diversidade lexical, como resultado da criatividade e expressividade popular, que importa recolher e salvaguardar, visto que tende a desaparecer nas sociedades atuais.

Bibliografia impressa: “As alcunhas do Porto Santo e o seu porquê”, *Xarabanda: Revista da Associação Musical e Cultural Xarabanda*, n.º 14, trabalho dos alunos do 11.º

ano, agrup. 3, ano letivo de 2002-2003, da escola B + S Prof. Dr. Francisco Freitas Branco, Funchal, 2003, p. 7-10; BARCELOS, J. M. Soares de, *Dicionário de falares dos Açores. Vocabulário regional de todas as ilhas*, Coimbra, Almedina, 2008; Boléo, Manuel de Paiva, «Os estudos de antroponímia e toponímia em Portugal», *Revista de Portugal*, Série A, Língua Portuguesa 18, 1953, 145-152; BRITO, Maria Filomena Carvalho, “A alcunha: configuração linguística de um *continuum* afectivo (observação de uma micro-sociedade de tipo clânico)”, *Hvmanitas*, vol. L, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1998, p. 835-866; CALDEIRA, M. da Conceição de Oliveira, *Miscelânea de Memórias*, Funchal, Editorial Calcamar, 1999; *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal, Lisboa, Temas e Debates, 2005; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de uma visita à Madeira e a Portugal 1853-1854*, Funchal, Junta do Distrito Autónomo do Funchal, 1970; FREITAS, Pe. Alfredo Vieira de, *O humor no folclore madeirense (versos do povo e para o povo)*, Funchal, Junta de Freguesia de Gaula, 1988; FREITAS, José Lourenço de Gouveia e, *Gaula. A terra e a gente*, Cadernos Madeirenses 4, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 2000; FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Livro segundo, Ponta Delgada, Instituto Cultural dos Açores, 1979; GOMES, Alberto F., “Achegas para um estudo do dialecto insular v”, *Das Artes e da História da Madeira*, Funchal, 29 de maio de 1949, pp. 227-228; GONÇALVES, Iria, “Amostra de antroponímia alentejana do século XV”, *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 69-104; Kremer, Dieter (coord.), *Dictionnaire historique de l'anthroponymie romane : (PatRom). Présentation d'un projet*, Tubingen, Niemeyer (Patronymica Romanica, 9), 1997; MENDES, Duarte, *Perfil toponímico de Ponta Delgada (Contributos para a sua identificação)*, São Vicente, Edição do Autor, 2008; MENDES, Duarte, *Matriz toponímica da Fajã da Ovelha (Achegas para a sua identificação)*, Fajã da Ovelha, ed. autor, 2010; MONTEIRO, M. de Lourdes de O., *Porto Santo, monografia linguística, etnográfica e folclórica*, dissertação de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1945; NASCIMENTO, João Cabral do, “Notas etnográficas. Nome, apelido, alcunha”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. v, 1937, pp. 149-158; NUNES, Adão A., *Peixes da Madeira*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1994, 3.ª ed.; NUNES, Naidea Nunes, *Antroponímia primitiva da Madeira (séculos xv e xvi)*, (dissertação de mestrado em Linguística Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Lisboa, Universidade de Lisboa, 1996; *Id.*, “Alcunhas e nomes geográficos na literatura regional madeirense”, Biblioteca Filológica Galega, Homenaxe a Dieter Kremer, Instituto da Língua Galega, 2004, pp. 509-517; PESTANA, Elisabeth Aurora Gundersen, *Subsídios para o estudo da linguagem dos bamboteiros*, dissertação de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1954; PINA-CABRAL, João de, “Nicknames and the experience of community”, *Man* n.s. 19 (1), 1984, pp. 148-150; POLANAH, Luís, “O estudo antropológico das alcunhas”, in *Revista Lusitana* (nova série), n.º 7, Lisboa, 1986, pp. 125-145; RAMOS, Francisco Martins, *Alcunhas alentejanas. Estudo etnográfico*, Monsaraz, Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz, 1990; RIBEIRO, João Adriano, *Machico: subsídios para a história do seu concelho*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2001; RIBEIRO, João Adriano, *Santana. Memórias de uma freguesia*, Santana, Junta de Freguesia de Santana, 2002; ROWLAND, Robert, “Práticas de nomeação em Portugal durante a época moderna: ensaio de aproximação”, *Etnográfica: Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social do ISCTE*, vol. 12, n.º 1, Lisboa, 2008, pp. 17-43; SANTOS, Jaime Vieira, “Etnografia madeirense. As alcunhas”, *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 23, 1956, pp. 46-47;

SANTOS, Rui, *Crónicas de outros tempos*, Edição Xarabanda, Funchal, 1996; SANTOS, Thierry Proença dos, “Literatura ‘popular’ e tradição em alguns escritores da Madeira: inesgotável fonte de inspiração?”, *Islenha*, Revista de Temas Culturais das Sociedades Atlânticas, n.º 42, jan.-jun. 2008, pp. 132-144; *Id.*, “O nome das personagens no romance *Canga* de Horácio Bento de Gouveia”, *Las islas de los secretos / As ilhas dos segredos*, in Juan Carlos de Sancho (ed.), Las Palmas, Anroart Ediciones, 2011, pp. 355-379; *Id.*, “Gentílicos e alcunhas coletivas no Arquipélago da Madeira”, *Ilharq – Revista de Arqueologia e Património Cultural do Arquipélago da Madeira*, n.º 10, 2013, pp. 144-164; SERRA, Pedro Cunha, “Estudos toponímicos (XIV-XVI)”, *Boletim de Filologia*, t. XXI, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1965, pp. 99-116; SILVA, António Marques da, *Minha Gente, crónica romanceada*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1985; SILVA, António Ribeiro Marques da, “Vocabulário e expressões do Norte da ilha”, apêndice de *Minha Gente: Crónica romanceada*, Funchal, SRTC/DRAC, 1985; *Id.*, “Manuel Falarás: as trovas da emigração”, *Islenha*, n.º 4, jan.-jun. 1989, pp. 89-92; *Id.*, *Linguagem popular da Madeira*, Cadernos Madeirenses, série II/3, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 2013; TAVARES, Clemente, *Histórias de Gaula*, Editorial Eco do Funchal, Edição do Autor, 1999; TEIXEIRA, José, “Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal”, *Diacrítica Série Ciências da Linguagem*, n.º 21/1, Universidade do Minho, Braga, 2007, pp. 207-239; VASCONCELOS, J. Leite de, *Antroponímia portuguesa. Tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até hoje*, Lisboa, INCM, 1928; Vasconcelos, J. Leite de, *Opúsculos: Onomatologia*, vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1931, pp. 1-135; VERDELHO, Evelina, *Linguagem regional e linguagem popular no romance regionalista português*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1982; VROONEN, Eugène, *Les noms des personnes dans le monde: anthroponymie universelle comparée*, Bruxelles, Librairie Encyclopédique.

Digital: “Apelido” (João Saramago e José Bettencourt, 1999) in *Enciclopédia Açoriana*, Cultura Governo dos Açores, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/> (consultado em 27 jan. 2015); BAZENGA, Aline, RIBEIRO, João Adriano e Miguel SEQUEIRA, “The British presence in Madeira Island: historical overview and linguistic outcomes”, *British Scholar Society Conference 2012*, The University of Edinburg, Edinburg, U K., jun. 2012, disponível em: https://www.academia.edu/1802238/The_British_presence_in_Madeira_Island_historical_overview_and_linguistic_outcomes; Castro, Ivo, “A investigação antroponímica em Portugal”, *Patronymica Romanica. Dictionnaire historique des noms de famille romans* (Actes du i Colloque, Trèves, 10-13 déc. 1987, publiés par Dieter Kremer), Tubingen, Niemeyer, 1990, pp. 10-13, disponível em: http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/1987_Antroponmia_em_Portugal.pdf (consultado a 8 dez. 2014); Cortesão, A. A., «Onomástico medieval português», sep. de *O Archeologo Português*, vol. VIII e seguintes, Lisboa, INCM, 1912, disponível em: <https://archive.org/stream/onomsticomedi00cortuoft#page/n13/mode/2up> (consultado a 8 dez. 2014); *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* em linha, disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/dicion%C3%A1rio> (consultado em 31 mar. 2015); GARCÍA ARANDO, M. Ángeles, “El apodo en Villacañas (Toledo): historias de un pueblo”, *E.L.U.A.*, 14, 2000, pp. 75-92, disponível em: http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6269/1/ELUA_14_04.pdf (consultado em 4

jan. 2015); REBOLLO TORÍO, Miguel A., “El apodo y sus características”, pp. 343-350, disponível em: dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/58796.pdf (consultado em 6 fev. 2015); SANTOS, Maria L. F. de O. Silva, “A onomástica, o indivíduo e o grupo”, *Arquipélago. História*, 2.^a s., VII, 2003, pp. 229-242, disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/389/1/Maria_Santos_p229-242.pdf (consultado em 8 dez. 2014); SILVA, P.e Fernando Augusto da, *Vocabulário popular da Madeira*, Funchal, Edição da Junta Geral do Funchal, 1950. <http://www.bprmadeira.org/imagens/documentos/File/bprdigital/ebooks/VocPopularMad.pdf>.